

# JORNAL DE GARVÃO

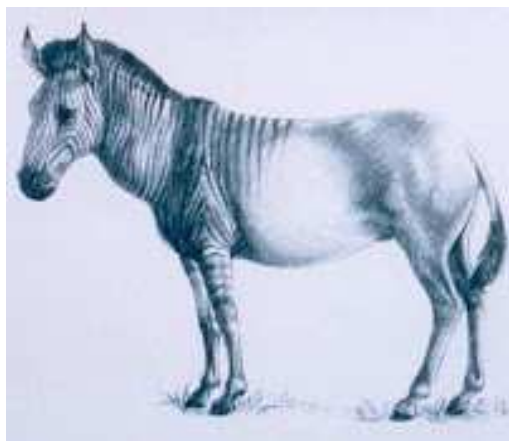
Nº 27 Verão de 2021

0,50 Euro

<http://garvao.blogs.sapo.pt/>

## PEGO D'ANDORDE

Pag. 4



## O ZEBRO

No Foral Velho de  
Garvão - 1267

Pag. 5



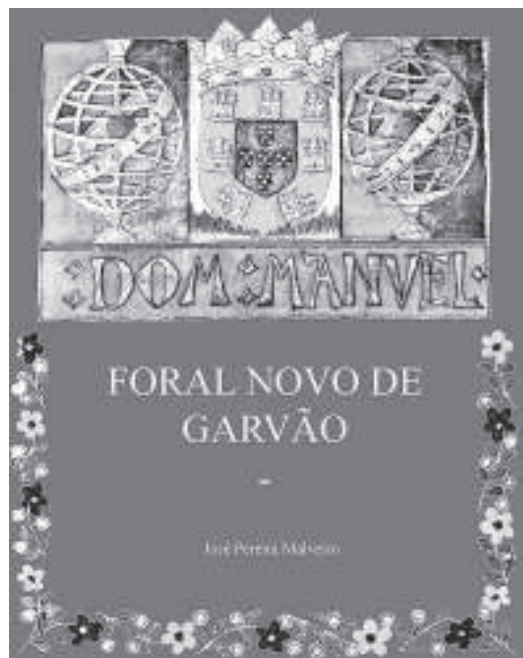
## ÁLVARO PEDRO

Poeta Popular

Pag. 11

## EDIÇÃO DO LIVRO FORAL NOVO DE GARVÃO

Pag. 3



Confraria do Santissimo  
Sacramento de Garvão

Pag. 9

## Posta Rural

Pag. 8

A Comenda de Garvão

Pag. 6-7

## Participação e Diálogo

### Cultura democrática e Espírito associativo

A democracia sustenta-se na participação e no diálogo, seja ela em termos políticos ou em termos associativos, seja ela em meios citadinos, ou em meios rurais de fraca ou pouca expressão eleitoral.

E é precisamente aqui, em meios onde o despovoamento se faz sentir, onde a falta de oportunidades de emprego, ou outras, afasta os mais jovens, e provoca situação de carência demográfica, que a participação de todos e o interdiálogo se torna imprescindível.

O surgir de uma nova Associação ou Colectividade é um sinal de vitalidade dessa comunidade e de democracia participativa dos seus cidadãos, é um sinal de que afrontam os problemas e não se rendem às adversidades, é um sinal de que atacam o problema com ações concretas que têm como adjectivo colmatar as necessidades da comunidade.

O afastamento de qualquer elemento da comunidade de participação activa será sempre um sinal de empobrecimento colectivo, de prepotência que tem como objectivo, não o bem comum, mas outras aspirações e objectivos por vezes não muito claros.

A riqueza da população encontra-se precisamente na sua diversidade e na sua variedade de opiniões sejam elas políticas, culturais, religiosas e até mesmo geracionais.

Torna-se urgente tomarmos consciência de que só com a participação colectiva iremos ultrapassar os problemas futuros, numa comunidade cada vez mais enfraquecida, pela fuga dos mais jovens à procura de outras oportunidades, torna-se imperativo, não só enaltecer o papel das autarquias locais na criação de novos postos de trabalho, mas igualmente visualizar novas ações de valorização e criação de emprego noutras áreas.

O desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade, no sentido de ela mesma, mediante ativa colaboração de agentes externos e internos, incrementar a cultura da solidariedade no seu meio e se tornar progressivamente apta a agenciar e gerenciar o aproveitamento dos potenciais recursos próprios e peculiares à localidade, assim como a metabolização comunitária desses recursos locais e investimentos públicos e privados externos, visando a processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações de toda ordem e natureza, que mais direta e quotidianamente lhe dizem respeito.

# Linha de apoio à valorização turística do interior | Valorizar

Criada no âmbito do Programa Valorizar, que visa promover a contínua qualificação dos destinos através da regeneração, requalificação e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e da valorização do património cultural e natural do país, a Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior tem como principal objetivo o apoio ao investimento a iniciativas/projetos com interesse para o turismo, que promovam a coesão económica e social do território, em linha com o Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT).

A Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior tem como objetivo apoiar o investimento em projetos e iniciativas que, por meio de atividades com relevância ou interesse para o turismo, contribuam para o desenvolvimento do interior e para a coesão económica e social do território, inserindo-se no âmbito do Programa Nacional para a Coesão Territorial.

A elevada adesão registada desde o início de 2017 e os bons resultados alcançados com as candidaturas aprovadas, levaram à publicação do Despacho n.º 6254/2018, de 27 de junho, que altera a Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior (Despacho Normativo n.º 16/2016, de 30 de dezembro, alterado pelos Despachos Normativos n.º 8/2017, de 9 de agosto, e 19/2017, de 7 de novembro).

Em 2019 é publicado o Despacho Normativo n.º 10/2019, de 5 de abril, que reforça a dotação orçamental global do Programa Valorizar para os 100 milhões de euros, e que alarga o âmbito das tipologias de projetos enquadráveis do Aviso de candidaturas da Linha de apoio à valorização turística do interior aprovado pela Secretária de Estado do Turismo em 13 de dezembro de 2018, a projetos que contribuam para a criação ou reforço de soluções de acessibilidade para todos em projetos turísticos.

As candidaturas à presente Linha de Apoio são apresentadas em sede de concursos aprovados pelo membro do Governo com tutela sobre o turismo.



JORNAL DE GARVÃO

<http://garvao.blogs.sapo.pt/>

Largo D. Afonso III, 7670-125 Garvão

Redacção: José Pereira Malveiro, José Daniel Malveiro

Apoios: Câmara Municipal de Ourique - Junta de Freguesia de Garvão - Casa do Povo de Garvão - Comissão de Festas e Romarias - Comissão Fabriqueira da Igreja.

Publicado: Ao abrigo da lei de imprensa, 2/99 de 15 de Janeiro, artigo 9º nº 2.

Registado: No Instituto Nacional de Propriedade Industrial: Marcas e Patentes.

TIPOGRAFIA: NET impressos - Rio de Mouro



# PUBLICAÇÃO DO LIVRO FORAL NOVO DE GARVÃO

Torna-se importante nesta data, em que se assinala os quinhentos anos da outorga do Foral-Novo a Garvão, realçar a importância do resgate da memória local através da valorização do seu património. Valorizar igualmente a identidade colectiva da população, e inculcar nas gentes locais o sentimento de pertença e a importância histórica de que se revestiu a outorga deste diploma, por El rei D. Manuel I em 1 de Julho de 1512.

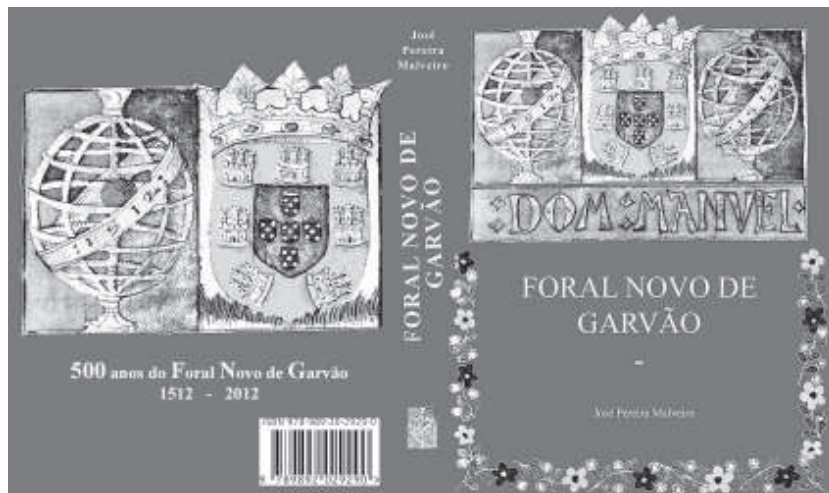
A antiguidade deste documento e a sua predominância na regulamentação da vida quotidiana da comunidade, do então concelho de Garvão, durante séculos, enquanto “lei da terra”, conferem, a este documento, um estatuto único num contexto social, económico, político e jurídico completamente diferente da realidade actual.

A outorga dos Forais-Novos às populações, pela reforma dos Forais-Velhos, outorgados maioritariamente no período da reconquista e consolidação nacional, mostravam-se, séculos depois, desactualizados e insere-se num amplo processo de reformas do sistema administrativo e jurídico pelo rei D. Manuel que se destinavam tanto a modernizar o reino, como a uniformizar e a aplicar as leis gerais a todo o território. Visava essencialmente o reforço do poder real e fixar os impostos, encargos e foros a pagar pelos municípios ao rei ou aos senhorios quando era caso disso.

A consolidação da monarquia, da identidade nacional e a própria evolução da sociedade, animada, chegados ao século XVI, de uma nova dinâmica, desactualizara os antigos forais, (a maior parte deles documentos fundacionais dos próprios concelhos), e outros documentos com que se auto-regiam as populações, por não se adaptarem à nova realidade e desajuste das normas legais neles contidas, não só os pesos e as mediadas, a língua e a escrita em que a maior parte deles tinham sido escritos, mas inclusivamente a própria legislação que diferia de lugar para lugar.

Uns e outros, contudo, apareceram inseridos num período específico e contexto histórico da construção da nacionalidade, ambos os documentos relatam aspectos históricos e histórico-jurídicos; a estrutura formal, os

relacionamentos entre concelhos, senhorios e autoridade régia e as próprias divisões internas; a regulamentação sócio-económico da vida quotidiana da comunidade; as relações foraleiras em torno da partilha e do uso e exploração, tanto da terra como de outros meios de produção, sejam moinhos, atafonas, adegas ou lagares; notas dos termos linguísticos em uso e informações sobre antropónimo e topónimo local, direitos e costumes da época.



Os forais, para além disso, podem-nos fornecer elementos para o estudo da formação das elites locais, das oligarquias familiares e da reprodução endogénica dos grupos familiares dominantes que se vieram a constituir ao longo do tempo, assim como das suas estratégias tendentes para a monopolização do poder, em torno, não só das estruturas concelhias e administrativas do reino mas, também, em torno doutras instituições como as Irmandades e Misericórdias locais.

O advento do liberalismo, no século XIX, ditou o fim destes documentos tão importantes na construção nacional. A profunda reorganização do Estado que se observou, com as várias reformas implantadas, alterou não só o sistema administrativo central e local como provocou alterações profundas no ordenamento concelhio português. A reforma municipal que se observou durante o liberalismo conduziu à supressão não só destas cartas foralengas, em 1832, como inclusivamente à extinção do próprio Concelho Medieval de Garvão em 1836.

## Café Central



Manuel Bárbara dos Reis  
Comidas e  
Dormidas

Telef. 286 555 113

Lg. da Amoreira, 3 – GARVÃO



# PEGO D'ANDORDE

Raramente nos debruçamos sobre o significado do nome de certos locais que ao longo dos anos conhecemos, localizamos e frequentamos, contudo se o nome porque denominamos esses locais na actualidade, não tem um significado aparente aos olhos de hoje, terá tido, com certeza, uma razão aquando da sua nomeação, mas que cujo significado hoje desconhecemos apesar de continuar a haver uma continuidade de certas praticas iniciais.

Porém, convém realçar que tem de se olhar com algum cuidado, quando se tenta encontrar uma explicação satisfatória, para tantos lugares e expressões espirituais do fenómeno humano.

No mundo Celta, certos pegos nas ribeiras, poços e fontes de água eram locais sagrados e de peregrinação, como se observava no Pego do Sino junto ao Castro da Cola, onde as populações locais, até aos anos sessenta do século XX, lhe atribuíam propriedades curativas e se banhavam para curar alguma maleita que os atormentava, de notar que a raiz da palavra sino se encontra igualmente em Sintra, a montanha da lua e no monte Sinai com o mesmo significado, monte da lua.

Igualmente em Garvão e em referência aos locais sagrados junto a cursos de água encontra-se o Pego Dandorde ou D'Andorde, na base do serro, (denominado Castelo), onde supostamente se situava um santuário pré-cristão e em cuja encosta se localiza o Depósito Votivo, (local onde eram guardadas o enorme número de oferendas no santuário). Este pego D'Andorde, local que ainda na primeira metade do século

XX era local de visitas/recreio da população de Garvão, (havia inclusivamente um barco), no início da Primavera, reverte, obviamente, para um período anterior em que este pego se revestia de alguma sacralidade senão mesmo peregrinação que se perpetuou no tempo e cuja memória local o associa como local de prazer e de recreio até aos anos cinquenta do século passado.

Sobre a origem da palavra D'Andorde, poder-se-á tecer várias considerações, contudo o mito em torno do deus grego Adónis; por ser de origem fenícia; por ser uma palavra semita *Adonai*, que significa "senhor" ou "deus" e por esse culto se encontrar igualmente na Península Ibérica, teremos de colocar esta palavra como uma das hipóteses que eventualmente terão degenerado em Andorde.

De acordo com a mitologia grega, Adónis era um jovem de extrema beleza que nasceu de relações incestuosas,

mais tarde passou a despertar o amor de Perséfone e Afrodite.

O culto de Adónis era celebrado em toda a Fenícia e, especialmente, em Biblos. Os devotos do culto a esta divindade plantavam pela Primavera os chamados "Jardins de Adonis", cujo objetivo era de simbolizar a renovação da natureza. Adónis tornou-se o simbolo da vegetação que morre no inverno e se renova na Primavera.

Nos antigos festejos da primavera, (hoje denominados 1º de Maio, dia do trabalhador), esse tipo de espírito da vegetação era geralmente representado junto a árvores, fontes e outros lugares sagradas e por dançarinos e dançarinas vestidos e adornados com motivos florais; folhas verdes, ramos e flores, encarnavam o espírito da vegetação, da renovação da vida depois dos meses de trevas do Inverno.



**Barco existente no Pego D'Andorde,  
Para recreio da população nos anos de 1950**

**ANTÓNIO**  
VENDA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
Radios e Televisões  
Telef. 286 555 111  
**GARVÃO**

**B. P. & P. Lda.**  
CONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO  
Batista Pereira & Pereira, Lda.

Construção e Remodelação

Rua Quinta da Silveira, Lt. 559 • 1675-818 Famões • Casal da Silveira  
Telef.: 96 648 50 19 - 96 232 15 49 Fax: 21 986  
E-mail: baptistapereira2001@sapo.pt

**ALUMIGARVÃO**  
Carlos Silva & Silva, Lda.  
Tlm. 934 059 158  
Caixilharia de Alumínio e Madeira  
Montagem de Estores  
Portões Basculantes e de Fole  
Tectos Falsos Orçamentos e Deslocações Grátis  
Tel./Fax 286 555 164 - Rua Nova 25-B - GARVÃO



# O ZEBRO

## Referido no Foral Velho de Garvão 1267

Consta no Foral-Velho de Garvão de 1267, no fólio cinco rosto, a menção a um animal denominado por Zebro/Zebra ou Zevro/Zevra que habitaria a Península Ibérica e teria desaparecido por volta do século XVI, cuja carne era consumida juntamente com outros animais selvagens e cuja venda, da pele curtida destes animais, pagava de portagem, ao concelho, dois denários em pé de igualdade com as peles curtidas das vacas.

*(...) corio de vaca et de zevra duos dinarios<sup>1</sup>. De corio de cervo et gamo três mealias. De carga de cera quinze silidos. De carga de azeite quinze sólidos. Istud portagium de hominibus foras ville tercia pars de suo hospite, et due parte de ordino.*

Que corresponde ao português actual:

*(...) coiro de vaca ou de zevra, dois dinheiros<sup>1</sup>; de coiro de veado e de vaca e gamo, três medalhas; de carga de cera, cinco soldos; de carga de azeite, cinco soldos. Esta portagem é dos homens de fora da vila; a terça parte desta portagem dê-se ao hospedeiro<sup>2</sup> e duas partes à ordem*

Segundo alguns textos medievais seria um animal com uma estrutura semelhante a uma égua, ou se tivermos em atenção a origem da palavra Zevro, do árabe “Zarb” que corresponde a Burro selvagem, seria assim, de facto, um Burro selvagem que errava nos matagais que cobriam estes territórios no princípio da nacionalidade.

A cor da sua pelagem seria acinzentada com o focinho escuro e teria como característica principal várias listas escuras nos membros dianteiros e no dorso que se prolongaria desde o lombo até à cauda. Se a origem da palavra Zevro ou Zebro se encontra numa língua trazida por povos invasores pelo Norte de África que denomina um animal que se encontrava em Portugal, não deixa de ser curioso que os navegantes portugueses, quando chegaram a África, ao verem aqueles

animais listrados os tivessem apelidado do mesmo nome e conhecidos até hoje como Zebras em detrimento das denominações nas línguas locais.<sup>3</sup>

O consumo da carne destes animais perpetuou-se no tempo e ainda hoje, em várias aldeias do país, manteve-se o costume de comer carne de burro, num quadro festivo religioso

em que este animal seria sacrificado e a sua carne consumida num grande banquete ritual.

Nomeadamente nas aldeias de Manigoto e Lameiras, no concelho de Pinhel, onde se preservou o costume de comer carne de burro por ocasião das festividades populares onde o burro era sacrificado e consumido por todos os habitantes num



grande banquete público.

Igualmente encontra-se, de norte a sul do país, vários topónimos alusivos ao Zebro, nomeadamente, Vale Zebro, Zebreira ou Azebreira, Zebro de baixo e Zebro de cima, Horta do Zebro, Alto do Zebro e Monte Zebro.

Certos investigadores entendem que o Zebro seria descendente, senão o próprio, “Equus Hydruntinus”, um equídeo pré-histórico que teria vivido na Europa há cerca de 12.000 anos e teria sobrevivido até ao século XVI nas extensas matas e matagais que cobriam o território, há quem defenda igualmente que o actual cavalo de Sorraia descende do Zebro.

<sup>1</sup> Sobre o valor das moedas mencionadas, o Morabito ou Maravedi valia 15 soldos, o soldo valia 12 dinheiros, o dinheiro ou denário valia 2 mealhas, ou medalhas que valiam assim meio dinheiro.

<sup>2</sup> Hospedeiro – Aquele que no concelho dava hospedagem ao mercador vindo de fora e que por isso tinha direito a um terço da portagem, por este pago.

<sup>3</sup> A Zebra, ou sub-espécies, em Swahili denomina-se Pundamilia, em Sesotho, Qoaha, em Chichewa, Mbidzi e em Yoruba, Abila.

**Café Beira Linha**  
ALMOÇOS E JANTARES  
Telef. 286 555 199  
ESTAÇÃO DE GARVÃO

**Café Futuro**  
Almoços e Jantares  
Rua do Álamo  
— Internet Wireless —  
Associação Futuro de Garvão

Cont. N.º  
901 697 621  
**M.B.R.**  
Comércio de Bebidas  
**MANUEL BARTOLOMEU ROMÃO, HERD.ºº**  
ARMAZENISTA e DISTRIBUIDOR  
Telef. 286 555 120 — Telef. / Fax 286 512 848  
E.N. 123 KM 47,8  
OURIQUE



# A COMENDA

No Livro da Misericórdia e do Sagrado Espírito Santo de Garvão tomamos conhecimento da existência da Comenda da vila de Garvão e propriedades pertença desta.

Assim na folha 14, referente às confrontações da herdade do Arzil, “... cuja Erdade parte por huma parte com terras da Capela da Coroa e chamada de Anal, e com terras da Xarneca que são de Conselho desta Vila e com a Erdade de Orta das Masans que hé da Comenda desta Vila e com terras da Erdade de Val de Inxares de baixo de Dom Sebastião Maldonado, e por outra que hé pelo Nascente com terras do mesmo Dom Sebastião e com farrigial dos Erdeiros de Manoel Fernandes de Val de Inxares, e com terras de Dona Maria Bernarda de Odemira”

Na folha 22, referente à Courela do Maó páso, “... e confronta a dita courela com a Erdade do pixouto, e a Erdade de Carvalheira de baixo e terras da Comenda e ribeira que vem das Amoreiras”.

A origem das ordens militares, criadas no século XII, está associada às cruzadas e à Reconquista cristã da Península Ibérica. Caracterizam-se como braços armados da cristandade. Os seus cavaleiros deveriam seguir uma vida regrada pelas leis cristãs, assim como os monges, com votos de castidade, pobreza e obediência.

A Ordem de Santiago, criada em 1290, cuja administração, denominada de Mestrado, estava sob a responsabilidade do mestre e era de facto, conjuntamente com as outras ordens militares em Portugal, o braço armado da Coroa portuguesa.

Durante a reconquista, entre os vários funcionários públicos do concelho, constava o cargo de Alcaide, (do árabe al-qâ'id, «o líder») com responsabilidade não só na defesa da povoação e do território, mas igualmente, como chefe das forças militares do concelho, cavaleiros, peões e besteiros, tinha a obrigação de organizar os fossados em terras inimigas.

O Alcaide vivia geralmente no Castelo com a sua família, tendo igualmente a responsabilidade na sua conservação, e apesar de não responder perante o concelho, pois era de facto nomeado pelo rei, era-lhes contudo concedido terras na área do concelho para rendimento e uso próprio.

Com o decorrer do tempo, findas as guerras com os muçulmanos, perdeu o seu carácter bélico e tornou-se gradualmente um mero magistrado judicial de nomeação régia, o que causava, por vezes, várias dissabores entre os vizinhos concelhios, levando os procuradores dos municípios às Cortes a se queixarem ao monarca dos abusos cometidos pelos alcaides, tendo o rei então nomeado um outro alcaide, designado por alcaide menor, entre os homens-bons (vizinhos) do concelho, para vigiar a actividade do alcaide, entretanto re-designado alcaide maior.

Ao longo dos séculos, diversas reformas foram esvaziando de poderes desta magistratura, tornando-a meramente honorífica. A distribuição de comendas foi uma importante ferramenta para que os monarcas portugueses conseguissem mais serviços de vassalagem da aristocracia com relevância no rendimento desta e no processo de concentração linhagística nas mesmas.

De facto em *Comendas das Ordens Militares na Idade Média, Actas do Seminário Internacional Porto, 3 e 4 de Novembro de 2008*, nomeia vários titulares da comenda de Garvão da família Mascarenhas, de bisavô para bisneto e na família Moniz de pai para filho.

*Fernão Martins Mascarenhas I, comendador da Represa e Garvão, Comendador mor e pertencente aos Treze na Ordem de Santiago, pelo menos desde Janeiro de 1422 . Veio mais tarde a ascender à Comenda mor desta milícia, (Ordem de Santiago), tendo exercido estas funções entre os anos de 1440 e 1454.*

*Era filho de Martim Vaz Mascarenhas Ide Évora. P.163*

*Fernão Martins Mascarenhas I, foi pai de Martim Vaz Mascarenhas II, agraciado por seu pai com a comenda de Aljustrel, a 31 de Janeiro de 1444. P. 173*

*Dos filhos de Martim Vaz Mascarenhas II, refira-se Álvaro Mascarenhas II, comendador de Samora Correia e membro dos Treze na Ordem de Santiago, que casou com Mécia de Vasconcelos, filha de Vasco Pereira, de quem herdou a referido comenda.*



**Salão Mila**  
Emília M.<sup>a</sup> Mestre Maia M.  
Telef. 286 555 201 Rua Nova, 15-A  
Telem. 965 779 545 GARVÃO

**Café Nascer do Sol**  
ALMOÇOS - PETISCOS - JANTARES  
Tel. 286 555 347 – GARVÃO

**ANTÓNIO FRANCISCO DELFINO**  
VENDA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PNEUS DE LIGEIROS E PESADOS  
PNEUS AURORA - MECÂNICA GERAL  
Telef. 286 555 416 – Telem. 962 341 322  
GARVÃO

VEDERSTEIN  
ALLIANCE  
MARSHAL  
RECONSTRUTORES  
FEDIMA  
LIBRETI  
SHELL



# DE GARVÃO

*Desta união nasceu Luís Mascarenhas, que veio a receber o hábito na Ordem de Santiago a 17 de Maio de 1510. Mencionado como comendador de Garvão, Arrábida e Belmonte na Ordem de Santiago. P.173*

Mais informa a referida publicação, na página 180. Sucedeu a Fernão Martins Mascarenhas na administração da comenda de Garvão Vasco

*Martins Moniz e em seguida, seu filho Cristóvão Moniz.*

Surge igualmente na página 102 uma disposição do Mestre da Ordem de Santiago: *O Mestre estabelece o prazo de um ano para que na Igreja de Garvão houvesse um missal, cortinas e armários. (Se nesta igreja só foi apontada a falta de um missal, já em Ourique, no ano de 1511, foi sublinhada a falta de outros livros, como foi o caso, por exemplo, de dois missais do costume de*

*Évora e de um Domingal. (IAN/TT., Ordem de Santiago, Códice nº 183, fl. 105).*

Quando da extinção do concelho de Garvão, pelo Decreto de 6 de Novembro de 1836, era comenda dos Condes de Basto.

Assim, esvaziado das suas funções iniciais, o alcaide da reconquista, dará lugar ao comendador nos séculos seguintes, cargo honorífico com que o rei procurava agraciar os nobres, cavaleiros e aristocracia em geral. No século XVIII D. Maria I procurando sanar o aumento do número de concessão de hábitos e o consequente desprestígio que as ordens adquiriram, institui uma hierarquia nas

principais Ordens do Reino, Cristo, Aviz e Santiago, criando, para além dos já existentes cavaleiros, os comendadores e grão-cruzes, que perfaziam uma ordem hierárquica. Com isso, enquanto a Coroa podia continuar a distribuir em profusão os hábitos de cavaleiros, a nobreza poderia resguardar para si títulos distintos e mais valiosos hierarquicamente: de comendadores e grão-cruzes, o que permitia a Coroa angariar muitos serviços sem desprestigiar por completo as ordens.

Estes cargos, mediante compensação financeira, eram concedidos inclusivamente àqueles que não tinham condições para serem cavaleiros, aqueles que nela investissem garantiam para si e para seus filhos o direito de requerer o hábito de comendador. Quando a comenda era concedida, o agraciado deveria investir-se do hábito. Este era a insígnia que tornava possível a exibição no ambiente social do símbolo distintivo. Constituíam-se de manto e medalhas da ordem à qual o cavaleiro pertencia. Com a reforma de D Maria I, foram instituídas distinções entre as medalhas e mantos de cavaleiros, comendadores e grão-cruzes.

Dos vários factores que terão contribuído para que indivíduos pertencentes à nobreza, procurassem ingressar nas Ordens Militares, são de salientar, entre outros, os seguintes:

- A fragmentação da propriedade decorrente das partilhas igualitárias, praticada pelo menos até finais do séc. XIV, que contribuiu para a diminuição dos recursos que os diferentes beneficiados poderiam usufruir;

- A institucionalização do morgadio, que por impossibilitar a divisão do núcleo patrimonial, determinava que apenas o filho primogénito varão fosse o único beneficiário, ficando os restantes herdeiros cerceados, muitas das vezes, de meios de subsistência;

- A subida ao poder da Dinastia de Avis, e a entrega da administração das Ordens Militares aos Infantes que levou, muitos sectores da nobreza a olhar para o ingresso nestas instituições como uma possibilidade de aceder a cargos e a dignidades de relevo, aos centros de decisão – a Corte – e à principal fonte do poder – o Rei.

- A possibilidade de quem ingressava nestas instituições poder dar continuidade a uma das suas principais funções – a guerra –, orientada para luta contra o Infiel, inimigo do nome de Cristo;

- As reformas de que foram alvo algumas destas instituições – Avis e Cristo – que ao isentar os seus freires cavaleiros do voto de castidade, as tornou mais atractivas a determinados sectores da sociedade que viam nestas restrições um entrave de peso, para nelas ingressar;

- E o acesso a novas fontes de rendimento, e a possibilidade de administrar, muitas vezes a título vitalício, vastas áreas geográficas pertencentes a estas instituições – ou seja, as Comendas.



**Padaria MARTINS**  
Rua de Ourique, 22  
de: Joaquim Martins Moreira Costa  
Telems. 926 005 930 - 936 347 021 - GARVÃO

**CAFÉ CANELAS**  
de: José Guerreiro Manuel  
[Comércio] - 215 071 071  
Telefone: 286 555 108  
Telemóvel: 905 097 101  
Largo da Estação n.º 24 - 7670-128 GARVÃO

**PADARIA VITÓRIA**  
Joaquim Rosário Guerreiro  
Telef. 286 555 133  
Rua Nova, 3 - 7670-141 GARVÃO



# Posta Rural

Durante o Estado Novo assistiu-se à construção de estações de correio em todo o território nacional, apostando no crescimento do património para uso dos utentes, sendo que algumas delas foram exemplo de vanguarda arquitetónica, embora no caso de Garvão se tivesse optado por um estabelecimento arrendado situado na Rua de Ourique.

Pela Estrada Real, entre Lisboa e o Algarve, transitavam Peregrinos, escudeiros, almocreves, correios a cavalo, diligências da mala-posta que foram sendo sucessivamente usados, lançava-se mão de todos os recursos possíveis para vencer a distância, ao longo da história, para fazerem chegar missivas aos seus destinos.

Seriam os Descobrimentos a desenvolver o acesso aos correios. A grande aventura da descoberta de Novos Mundos, iniciada no século XV, colocou Portugal no centro do mundo, obrigando a Coroa, a nobreza e a burguesia a contactos intensos com outros Estados e com mercadores. Assim, D. Manuel I, logo em 6 de Novembro de 1520, publicou a Carta Régia que criava o ofício de Correio-Mor, entregando a gestão deste ao seu Cavaleiro Luís Homem. O Correio-Mor foi um cargo de nomeação régia até 1606, quando foi vendido, pelo Rei Filipe II, ao Marquês português Luís Gomes da Mata, pela quantia de 70 mil cruzados. A família Gomes da Mata manteve a posse da exploração dos correios durante dois séculos.

O Correio-Mor fazia um serviço mais ditado pela solicitação dos utentes do que pela regularidade, e os correios,

assim se chamavam os portadores da correspondência, tinham que se sujeitar a todas contingências, especialmente às condições climáticas e à má qualidade das estradas, já que o envio era feito a pé ou a cavalo. A morosidade e a incerteza eram enormes. Por exemplo, o percurso Lisboa-Braga nunca demorava menos de sete dias.

A pressão gerada pelo aumento imparável do número de utentes e as inúmeras críticas feitas ao serviço postal prestado pelo Correio-Mor levaram o Rei a incorporá-lo no Estado, em Janeiro de 1797.

Em Setembro de 1798, a administração central dava corpo ao seu projecto de correios, e publicava um documento revolucionário, a "Instrução para o estabelecimento das diligências entre Lisboa e Coimbra", que deu origem à primeira carreira da Mala-Posta. As Mala-Postas eram diligências cuja função primária era a do transporte do correio, e garantiam, pela primeira vez, um serviço regular, realizando os percursos à segunda, quarta e sexta-feira.

No entanto, o estabelecimento de carreiras regulares de Mala-Posta em todo o território nacional só seria feito 50 anos depois. A Mala-Posta obrigou também à criação de infra-estruturas, das quais as mais conhecidas são as Estações de Muda, onde eram trocados os cavalos, que estão hoje classificadas como património técnico-industrial. A Mala-Posta só seria derrotada pela chegada do comboio, em 1864. Ao mesmo tempo que criava a Mala-Posta, o Estado apostava decisivamente nas pequenas redes de correio, ou seja, na distribuição ao domicílio.



**parafarmácia GARVÃO**

Técnicos: Luís Miguel de Oliveira Vieira Neto

Rua 25 de Abril n.º 3  
7670 - Garvão

Tel: 286 555 200  
Fax: 286 555 406  
parafarmacia@garvao.pt

**MONTARAZ GARVÃO**

**AGÊNCIA ALentejana**  
Funerária e medicinales para todo o país

Sede:  
Rua Eng. Duarte Pacheco 1-3  
Apartado 43  
2690-200 Garvão  
Tel - Fax 286 551 561  
Email: funster@agora@napo.pt

Filial:  
Centro Comercial  
Vila Nova de São Frontes  
Lago de Cane

Rua Gago Coutinho 72  
2691-220 Sobral  
Tel - Fax 282 111

Estrada Nacional  
3, Lote 9  
Oliveira

João Gonçalves: 938810688  
Eli Guerreiro: 968163673  
932895543  
Pedro Gonçalves: 93282541

**Drogaria Carapinha**  
De: Rui Nuno Gonçalves Carapinha

REDES - TINTAS - RAÇÕES  
CEREAIS - FERRAMENTAS - ETC

Tel. 286 555 441  
Tlm. 936 337 373  
Rua Nova, 28 - GARVÃO

**Restaurante Martins**  
Bairro Novo da Sardoá  
Lote 38

**padaria Martins**  
Rua de Ourique, 22

de  
Joaquim Martins Moreira Costa  
7670 Garvão

Tel.s - 936 347 021 e 932 592 913

**LINDA MIRIAM DÓLORES DE BRITO CARVALHO**

Tel. 286 555 371  
Tlm. 939 441 637  
Rua do Álamo, 4  
7670 GARVÃO





# Confraria do Santíssimo Sacramento de Garvão

Num documento relacionado com os *Fundos pertencentes ao Arquivo da Câmara Municipal de Beja*, consta na segunda página a menção à *Confraria do Santíssimo Sacramento de Garvão, 1819/1846*.

Conjuntamente com a *Irmandade do Sagrado Espírito Santo*, a *Santa Casa da Misericórdia de Garvão* e a *Confraria das Almas*, (mencionada no livro *Herança Histórica*, p. 82) e o conhecimento, agora, desta *Confraria do Santíssimo Sacramento*, vem contribuir para o conhecimento das vivências, pelo menos em termos caritativos, da população do extinto concelho de Garvão.

As confrarias sob a invocação do Santíssimo Sacramento, tal como as do Rosário e das Almas, foram impulsionadas após a realização do Concílio de Trento. Independentemente da invocação das confrarias, um dos principais interesses da atuação das mesmas, a par da ajuda à pobreza e do acompanhamento dos mortos, foi a reforma dos costumes através de propostas de modos de vida de acordo com as decisões conciliares, o que favoreceu a paz vicinal. Isto é, as confrarias contaram-se entre os mecanismos de disciplinamento social incrementados após o Concílio.

No caso das confrarias do Santíssimo Sacramento, constituíram uma tentativa de resposta à crise teológica levantada pela reforma protestante quando os mesmos negaram a presença de Deus na eucaristia. Teria sido o modelo da arquiconfraria instituída no convento dominicano de Santa Maria Sopra Minerva (Roma), aprovada por Paulo III, em 1539, a repercutir-se pela Cristandade.

Visando em especial a solenização do culto, essas instituições investiram muito particularmente nas celebrações litúrgicas ligadas aos mistérios de Cristo, tornando-se o ciclo da Páscoa o mais relevante. No entanto, algumas dessas irmandades foram criadas anteriormente ou em data muito próxima desses eventos, o que demonstra a não influência dessa realidade.

Em Portugal as confrarias estão documentadas desde a Idade Média, remontando as origens a épocas anteriores. Eram associações leigas, embora pudessem contar com clérigos. A Igreja rapidamente as controlou, enquadrando-as nas paróquias e mosteiros, embora só fossem fiscalizadas pelos bispos no plano espiritual.

A entrada dos confrades era voluntária, pública e celebrada por meio do juramento do compromisso — isto é, das normas ou estatutos pelos quais era regida —, o que implicava a inscrição no livro dos confrades e o pagamento de uma joia anual. Em princípio, essas agremiações estavam abertas a todos. Porém, o pagamento da quota anual implicava, desde logo, a exclusão dos mais carenciados.

Constituíram um importante espaço de sociabilidade — na Época Medieval, ligada inclusivamente ao banquete, por ocasião da festa do orago, prática que posteriormente caiu em desuso com exceção das confrarias do Espírito Santo —, asseguraram as cerimônias fúnebres dos confrades e instituíram um meio de evidenciar integração e prestígio social. Assim se explica a presença de cristãos-novos nas fileiras dos confrades, apesar de algumas irmandades levantarem problemas

ligados à limpeza de sangue. Por outro lado, saliente-se que algumas irmandades colocavam limites etários à adesão: as mulheres podiam integrar a maioria das confrarias e as havia especificamente para negros e mulatos.

Algumas irmandades medievais foram absorvidas pelas Misericórdias, como se observou no caso da *Irmandade do Espírito Santo*, absorvida, de uma forma bastante contestada, pela *Misericórdia*, como se encontra sobejamente descrito no *Livro da Misericórdia e do Espírito Santo de Garvão*.

Igual destino terá acontecido também com as restantes Irmandades ou Confrarias do concelho de Garvão, pois a *Misericórdia*, animada de protecção real, não só rivalizava com as restantes Irmandades do concelho como igualmente invejava a sua riqueza e através de posturas reais eventualmente veio a conseguir.



**Garvão**  
minimercado  
Da. José António Silva Nunes Lg. da Palmeira, 4 - OURIQUE  
**GARVÃO SUPER**

**Adília Pereira Coelho**  
TINTAS  
DROGAS  
FERRAGENS  
MATERIAL PARA PESCA  
Tel. 286 555 173 - Resid. 286 555 381  
Rua do Álamo, 12 GARVÃO

Kafé Snack - Bar  
"NOVO RUMO"  
Servem-se refeições e petiscos diversos  
Cerveja: Maria de Fátima Barão e Paula Bárbara  
Telems.: 934 785 927 / 936 234 652  
Rua do Álamo, N.º 11 \*\* 7670-136 Garvão



# SUL e SUESTE

## LUÍZA. (V Parte)

Crónica de "LUÍZA", do livro "SUL e SUESTE Prosas de Além-Tejo"

de Joaquim da Costa, Natural de Garvão, publicado através das oficinas da Gazeta do Sul no Montijo, em 1940

V

Ao chegar ao monte, o lavrador espumava de cólera.

A ideia de um tal namôro atormentava-o.

Começou a passear no quarto onde costumava efectuar os pagamentos ao pessoal; pásseava a largas passadas, e ora estacava no meio do aposento, ora apressava o andar, gesticulando nervosamente. A sua vontade era de chamar o almocreve à sua presença, fechar a porta do quarto à chave e, ali mesmo, gritar-lhe: «anda, cão, pega-me, lança-te a mim se és capaz!» e esmurrar-lhe as ventas e bater-lhe com a cabeça de encontro a uma quina da parede!

Parou. Sentou-se à escrivaninha. A cabeça sobre as mãos, pôs-se a pensar maduramente na solução daquele problema. Compreendia que não ganhava nada, antes se prejudicava, arremetendo à bruta contra o almocreve. Devia agir, sim, mas agir com prudência, evitar escândalo.

Da rua do monte vinha o rumor das gentes que regressavam dos trabalhos. Exclamações, ordens, risos, o bater no chão das varas das carrêas o estropear na calçada das muares e dos bois que os homens desatrelavam, sons de chocalhos e de esquilas, enfim, todo o barulho confuso do regresso da lavoura, da labuta que finda ao cair da noite.

Em dado momento, pareceu tomar uma resolução. Ergueu-se, chegou à porta, e ordenou que lhe trouxessem uma luz.

A criada, gorda mocetona, que não se perturbava com os gritos do patrão, veio colocar no papagaio da parede, um candieiro de azeite, já aceso.

O livro da escrita, de folhas amareladas e sujas do uso, onde se notavam as escuras impressões digitais do lavrador, estava sobre a escrivaninha. Folheou-o. Somou verbas. Fêz contas. Abriu uma gaveta. De um saco de linhagem, dêsses que se usam para o transporte do chumbo de caça, retirou mão cheia de moedas, que espalhou naquela espécie de secretária antiga.

Contou algumas, e guardou-as na algibeira do colete. Apagou a luz e saiu. Foi dar as cóstumadas ordens ao pessoal. Deu-as naquele modo brusco que todos lhe conheciam.

Ao António Braga, disse:

- Preciso que me carregues para aqui, amanhã, a corcha que ainda está no sobreiral.

E voltou-lhe as costas.

Ao outro dia, o almocreve desempenhou-se do encargo. O serviço não apresentava dificuldades. Enchia o carro de pedaços de cortiça que encontrava espalhados no solo, sob os sobreiros, e ia descarregá-los perto do monturo, em frente do monte. Nêsse vai vêm, êle pôde, por duas ou três vezes, avistar Luíza que, de uma das janelas lhe fazia sinais amistosos. Contente de a ver, o moço ia ao sobreiral, ia e vinha, e o trabalho não o cansava. Era quasi feliz.

No entanto, um momento houve em que lhe pareceu história ou extravagância, isso de o lavrador se lembrar, assim tão de repente, da necessidade e urgência de tal serviço. Enfim, o patrão mandava, o criado obedecia...

A' noitinha, a faina terminou.

Quando, porém, descarregava os últimos pedaços de cortiça, surgiu-lhe pela

frente o lavrador que, sem mais aquelas, começou a atirar-lhe insultos sob o pretexto de que o moço tinha transportado, misturados, pedaços de cortiça nova e pedaços de cortiça velha.

- Oh, grande bêsta! Então tu misturas a corcha velha com a corcha virgem?

O almocreve respondeu:

- E' assim que se tem feito todos os anos... Besta, bêsta, não me parece que seja eu...

Sentia-se ofendido e o seu orgulho erguia-se contra a inesperada investida do lavrador.

Este, num acesso de cólera, como que fora de si, gritou:

- Anda, salta já daí para baixo! Então, não querem lá ver?... Faz a asneira e, ainda por cima, se volta contra mim? Não me convém o teu trabalho nem as tuas falas!

Na rua do monte, ganhões e almocreves assistiam, calados, àquela cena. Não a estranhavam. De tempos a tempos, o lavrador saía-se com uma das suas, e, era certo, havia um despedimento.

- Oh, patrão, mas...

Não quero ouvir mais nada. Estás despedido. Vem tratar das contas. Pronto. Acaba-se a questão. Dirigiu-se para casa. No quarto, que o candieiro de quatro bicos, antigo, alumiaava, esperou pelo criado que despedira.

Este chegou à porta, pediu licença e entrou. Ficou diante do viúvo, o barrete preto nas mãos, cabisbaixo. Sentia-se mal, tonto, aturdido, como se, inesperadamente, tivesse apanhado uma forte môcada na cabeça.

Contudo, pudera compreender já que a origem do seu despedimento da casa não estava de modo nenhum naquele erro no serviço que o lavrador invocava. A causa era outra e o moço tremia, nanja por si, mas por Luíza. Não fosse ela, não houvesse entre os dois um pacto de entendimento que o amor selava e êle cantara ao senhor

lavrador outra cantiga mais do seu gôsto, e lhe respondera doutro modo, com duas pedras na mão! Não era o almocreve homem que se acobardasse ante as falas altas e agressivas do viúvo, embora mais forte e com fama de destemido, ou de qualquer outro. Decidido, e tesó, a alma temperada na batalha da vida e educada na escola do trabalho mal pago, e o corpo afeito aos rigores do tempo; tendo passado noites sem conta nos descampados, sob o fulgor das estrelas, a tocar harpa com frio; queimado pelo grande sol que no estio greta as terrãs e racha as pedras; acostumado a olhar, de frente erguida, os vastos horizontes da planura alentejana; ignorando o que era isso de tremer com medo de outro homem, ah, se não houvesse o que havia entre ele e Luíza, ao lavrador saíra caro o ousio de lhe chamar bêsta diante dos camaradas e de o despedir com o modo usado para os 'galegos' que no Alentejo e tudo se sujeitam.

Por amor a Luíza, ali estava, confuso e humilde, como se estivesse na frente de Sua Real Magestade...

A cena foi rápida.

Com um tremor nas mãos tão enrugadas como casca de sobreiro, um *tic* nervoso naquela face que a barba ruiva, rala, tornava mais dura, o fero pai de Luíza entregou ao almocreve uma certa quantia, aquilo de que lhe era deverdor por sua soldada, e disse-lhe apenas:

- Aqui tens. Confere...

O moço não contou as moedas; ficou-se com elas na mão, como que indeciso, dominado pela figura hercúlea do seu antigo patrão; e sob a capa da humildade, teve ganas de lhe atirar o dinheiro à cara, numa brusca desafronta do seu brio de alentejano altivo... A imagem de Luíza conteve-o...

Entregando-lhe a importância da soldada, o lavrador, sem dizer palavra, mas transfigurado pela cólera, que todavia não desejava exteriorizar, apontou com o braço rígido, que projectou na parede uma sombra alongada, a porta do aposento. Seus olhos despediam chispas de aço, mau grado o esforço que fazia para acalmar-se, varavam como estiletos o almocreve. Este, ficou-se um instante assim, no meio da quadra de paredes mal caiadas. Mas de repente, deu um giro, voltou as costas ao outro e saiu ligeiro. Fêz uma trouxa com a roupa e, sem dizer adeus a ninguém, sem mesmo despedir-se da mulher que amava, foi-se para a aldeia, corrido de vergonha e desespero.

A rapariga foi também chamada à presença do pai.

Não teve a pobre, coragem para confessar o seu delito de amor. Ante o aspecto tórvo do autor dos seus dias, ouvindo-lhe, numa voz cortada pela raiva, num gaguejo sacudido, longa exprobação por dar aso a que se falasse num namôro dela com o almocreve, «pobre-diabo sem um palmo de terra onde caísse morto,» a rapariga sentiu-se intimidada.

Negou, chorando, tudo quanto se dizia a tal respeito,

- Falo-lhe tão bem como a qualquer outro, meu pai...

Mentia mas, assim, abreviava aquêlo acto de drama em que as palavras do viúvo, e, mais que as suas palavras, seu olhar duro e penetrante que pretendia desvendar o segredo oculto no íntimo do seu coração, a faziam sofrer horrivelmente;

- E' então falso tudo quanto para aí se murmura acerca de ti e do almocreve?

- Tudo falso, meu pai...

Fez um sinal brusco, a despedi-la. Ela, num momento se retirou para o seu quarto; e lá, num desespero, atirou-se de bruços sobre o leito, e chorou desconsoladamente...



# ÁLVARO PEDRO

## Homenagem a um Poeta Popular

Ia-se à feira em Maio e entre os vendedores ambulantes, aguadeiros e cauteleiros, sombreiros e adivinhos, sobressaíam os quadreiros populares.

Poetas do instantâneo, do improvisado e do repentismo. Cantavam na feira e vendiam folhetos imprimidos.

Poucos eram os que tinham casa, viviam ao relento ou nas arramadas e palheiros d'alguém. No inverno encostavam-se às comedias de algum trabalho sazonal e em chegando a Primavera era vê-los a calcorrear as feiras e festas da região.

A oralidade e a tradição transmitida eram os seus dons, cavados no reportório temporal da região e na herança familiar.

Álvaro Pedro morreu.

Já poucos se lembram dele.

A sua cova daqui a uns anos passará despercebida.

Só restará a memória da sua poesia, enquanto o papel não debotar e se perderem irremediavelmente para sempre.

Daquele que foi o último dos últimos numa larga geração de poetas populares que calcorream as feiras da região e provocavam o imaginário colectivo.

Álvaro Pedro morreu.

E com ele morreu toda uma tradição, não só dos vendedores de folhetos e cantadores de feira.

Da própria feira tradicional de Garvão já só restam resquícios.

Os tangedores da viola d'arame globalizaram-se.

E os mendicantes itinerantes, Ti' manél da Vaca-Gorda, o Figueiredo e o Finfas entre outros, poderão ter desaparecido.

Mas que fique, pelo menos aqui, registado estes versos de Álvaro Pedro, testemunho de

vivências dum tempo que nos precederam, dum cultura nossa e desinfectado de influências alheias.

Vou mostrar aos bailarinos  
Sobre a Vila de Garvão  
A dança de Carnaval  
Deu-nos muita animação



O Povo gostou de ver  
Tanto o velho com o novo  
A linda dança do povo  
Para ao povo compreender  
Tenho que enaltecer  
Que na dança hoje são finos  
São mais puros os destinos  
Que o povo aplaudiu  
Com o povo todo viu  
Vou mostrar aos bailarinos

Foram mostrar à Funcheira  
A certos ferroviários  
Aos filhos dos operários  
Dando valor à bandeira  
Encantando a Vila inteira  
Dentro do meu coração  
Deu alegria e paixão  
Aprenda quem vai estudar  
Eu tenho que os saudar  
Sobre a Vila de Garvão

Um deles com tambor  
A acetar-lhe pancadas  
A dança das namoradas  
Onde mora o amor  
Junto igual o tocador  
Alegrando o pessoal  
Deste lindo Portugal  
Do Algarve até ao Norte  
Ganharam no passaporte  
A Dança de Carnaval

Mostrando peças antigas  
Ao povo português  
Só vem no ano uma vez  
Para as pessoas antigas  
Aufere-lhes estas cantigas  
E uma boa recordação  
Com brio e opinião  
Como foram a sua Sardoia  
Visto por tanta pessoa  
Deu-nos muita animação

- Versos feitos pelo Carnaval de 1995, em que, trinta anos depois, se recuperou a antiga Dança de Garvão.

**MOVIGARVÃO**  
Carlos Alberto Guerreiro Silva  
Telem. 934 059 159  
Móveis - Electrodomésticos  
Tapetes e outros artigos  
de decoração para o Lar  
Candeiros - Cozinhas por medida  
Fax 286 555 164 - B.º Escola, L 2 - GARVÃO

**"BAR DA ESTAÇÃO"**  
REFEÇÕES E PETISCOS REGIONAIS  
de: Célia Maria Pacheco Silva  
Telem. 917 591 497  
7670 - 129 FUNCHEIRA - GA

**REVEZ & GONÇALVES**  
Materiais de Construção, Lda.  
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO  
PECUÁRIA  
VENDA A RETALHO  
Telef. 286 555 151 - Largo da Amoreira, 4 - GARVÃO



# FAMÍLIAS DE GARVÃO COM HISTÓRIA

## Família Cavaco

Cavaco ou Cavaccio é um apelido de origem Romana, deriva de Caccio que sobreviveu às invasões Bárbaras (410-711) e Muçulmanas (711-1492) na Península Ibérica. O Conde Visigodo Cássio converteu-se ao Islão, tendo viajado até Damasco (714) para prestar vassalagem ao Califa al-Walid I.

Os seus descendentes, os Banu Qasi, dominaram o Vale do Ebro durante dois séculos. Estes Muladis, aliados do Reino Mossárabe de Pamplona, coexistiram com o Califado de Córdoba e com o Reino das Astúrias.

Do mesmo apelido foi Abu al-Qasim al-Husayn ibn Qasi, Muladi Sufi (místico) de Silves. Aproveitando o enfraquecimento dos Almorávidas tornou-se principal Emir (1144) das três Taifas do Garbe (Mértola, Beja, Silves, Huelva, Niebla e Badajoz).

A aliança com D. Afonso Henriques provocou o seu linchamento em Silves (1151) a que se seguiu o domínio Almóada.

O 1º Cavaccio de que há notícia foi Tomaso, Magistrado da ordem e justiça da Cividat de Belluno, Veneza (1214), cujo brasão está associado à dignidade de Duchi.

Dada a maior incidência dos Cavaco no Sul de Portugal e no Veneto aceita-se a última origem, acresce que a partir de finais do séc. XIII o Algarve passou a ser frequentado por mercadores Venesianos e Genoveses na rota da Flandres.

Joham Cavaco foi Homem-bom de Loulé e participou na sessão de vereação (1385) onde foram concedidas mil libras para a guerra com Castela (Actas de Vereação de Loulé, 1099 e 2004).

Martim Gonçallvez Cavaco está presente numa sessão de 1487 sobre acordo que se arendase a Retorta e Cardall do Almargem. Volta a aparecer noutras sessões em 1488 e 1495.

Outro Joham Cavaco de Loulé desempenhando, entre 1492 e 1495, funções de codrilheiro, juiz, alcaide, procurador do povo miúdo e carnicaria.

# OBRAS EM GARVÃO POR FAZER...

## Algumas com mais de trinta anos



### MURO de SUPORTE

Resguardo em alvenaria, junto ao depósito votivo que dá para o quintal dos antigos Paços do Concelho, actualmente sede da Junta de Freguesia, apesar do perigo que a falta de guarda representa, qualquer criança ou idoso poderá cair de uma altura

superior a três ou quatro metros, continua por ser arranjado há mais de trinta anos.



### PARAPEITO da PONTE da ESTAÇÃO

Resguarda lateral a nascente da Ponte da Estação junto aos passeios de apoio aos transeuntes que por lá caminham.

A presente danificação foi motivado pelo embate de um veículo, sem que para tal se procedesse ao apuramento das devidas responsabilidades e/ou

ao seu arranjo



### SINO DO AÇOUGUE

O Sino do Açougue foi retirado há quase dez anos, do seu lugar centenário, para uma suposta recuperação.

Apesar de não apresentar motivos de queda iminente e das madeiras que o sustentam não apresentarem desgaste acentuado que possa pôr em perigo e danificação do sino, continua nas instalações da Junta de Freguesia, ou, para ser realmente restaurado ou recolocado no lugar original, antes de um eventual sumiço.

## CARPINTARIA CONVERSA

EXECUTAM-SE TRABALHOS EM ALUMÍNIO

- \* Portas
- \* Janelas
- \* Marquises
- \* Estores
- \* Portões
- \* Corrimões

Jorge Bento  
964 173 005

Garvão - Ourique

